

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ISABELA MENDES LEAL

CULTURA SINDICAL NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO E
ATUALIZAÇÃO PARA O SÉCULO XXI

Santos
2021

ISABELA MENDES LEAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**CULTURA SINDICAL NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO E
ATUALIZAÇÃO PARA O SÉCULO XXI**

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada
Santista, como requisito parcial para obtenção do
título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação
da Prof^a. Dr^a Ana Maria Ramos Estevão.

Santos/2021

Ficha catalográfica elaborada por sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M538c Mendes Leal, Isabela.
Cultura Sindical no Brasil: desenvolvimento e
atualização para o século XXI. / Isabela Mendes
Leal; Orientadora Ana Maria Ramos Estevão; --
Santos, 2021. 37 p. ; 30cm

TCC (Graduação - Serviço Social) -- Instituto
Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São
Paulo, 2021.

1. Sindicato. 2. Sindicato no Brasil. 3.
Cultura Sindical. 4. Trabalho. 5. Luta de
classes. I. Ramos Estevão, Ana Maria, Orient.
II. Título.

CDD 361.3

ISABELA MENDES LEAL
CULTURA SINDICAL NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO E
ATUALIZAÇÃO PARA O SÉCULO XXI

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Dr^a Ana Maria Ramos Estevão.

Aprovação em: 08 /03/2021

EXAMINADORES:

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Ramos Estevão
Universidade Federal de São Paulo

M^a. em Serviço Social Letícia Yumy Tabosa Matsunaga
Universidade Federal de São Paulo

RESUMO

O presente trabalho procura mostrar o desenvolvimento do movimento sindical desde suas raízes, na Inglaterra, voltando-se posteriormente ao desenvolvimento deste no Brasil até os dias atuais, buscando compreender as relações sociais e de produção que o envolve e como o delineia em sua forma de ser, a fim de compreender através de sua história sua importância ainda no século XXI. Esta compreensão é fundamental no estudo do mundo do trabalho e sua relevância no mesmo, bem como sendo essas relações uma das expressões da questão social, objeto principal do Serviço Social. Para tanto, o processo de pesquisa se dará através de estudo bibliográfico.

Palavras-chave: História dos sindicatos, Cultura Sindical, Tipos de sindicatos e sindicalismos, Trabalho, Metamorfoses do mundo do trabalho e Luta de classes.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 DEFINIÇÃO E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DOS SINDICATOS	10
2.1 O BERÇO DO MOVIMENTO SINDICAL.....	10
2.2 SURGIMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO	13
2.3 SINDICALISMO NA PRÉ-DITADURA MILITAR	17
2.4 SINDICALISMO NA DITADURA MILITAR.....	21
2.5 SINDICALISMO NA NOVA REPÚBLICA	23
2.6 A ERA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E AO APASSIVAMENTO DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA.....	24
3 A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SÉCULO XXI: TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	28
3.1 CONTEXTOS DE UM MUNDO NEOLIBERAL.....	28
3.2 NEOLIBERALISMO À BRASILEIRA	29
3.3 DESAFIOS DA RETOMADA À CULTURA SINDICAL	31
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

É visível, nesse início da segunda década do século XXI, a carência de novas formas efetivas e organizadas de luta da classe trabalhadora, a descrença e descrédito para com as instituições políticas e até mesmo a falta de entendimento do que é luta política. Após anos de governos neoliberais, mesmo que travestidos de “esquerda pró-classe trabalhadora”, vemos agora se concretizar o que, na verdade, estes nunca esconderam, o desmonte de todos os direitos conquistados a sangue e suor pela classe oprimida e a fascistização da sociedade.

No desenvolvimento da social-democracia, os sindicatos passaram de ferramentas indispensáveis para a luta da classe trabalhadora a meros grêmios, máfias ou, simplesmente, espaços extremamente esvaziados que mal se pode especificar sua função. Passaram a ser meros meios de mediação entre trabalhadores e patrões, de venda da força de trabalho, venda da voz e reivindicações dos trabalhadores em troca de migalhas, em troca de apassivamento. Assim, os trabalhadores se cansaram, desacreditaram dessa ferramenta de luta e a abandonaram. Processo o qual faz parte da fragmentação do trabalho como expressa Ricardo Antunes ao falar das metamorfoses do processo produtivo que desde a década de 1970 até início do século XXI, incidem diretamente no mundo do trabalho gerando a:

[...]desregulamentação dos direitos sociais; precarização e terceirização da força humana que trabalha; aumento da fragmentação e heterogeneização no interior da classe trabalhadora; enfraquecimento do sindicalismo de classe e incentivo à sua conversão em um sindicalismo mais negocial e de parceria, mais de cúpula e menos de base, mais parceiro e colaborador e menos confrontacionista (ANTUNES, 2020, p.118).

O mundo do trabalho vem se transformando de maneira cada vez mais dinâmica, o desenvolvimento da tecnologia traz muitas novas possibilidades de exploração do trabalho humano, cada vez mais precarizada e alienada, principalmente nas formas como esses trabalhadores se relacionam com seu trabalho.

Assim, nesta nova era ditada pelas tecnologias da informação e comunicação, há a dificuldade, cada vez mais crescente, de reconhecimento entre os trabalhadores enquanto classe, já que a ideologia dominante do capital consegue atenuar a sensação crescente da exploração do proletariado e criar subterfúgios, como a ideia do empreendedorismo, onde trabalhadores acabam por se enxergar como patrões de si mesmos, quando na verdade acabam não passando, ainda segundo Antunes, de “proletários de si mesmos”(Ibidem, p.36).

Portanto, a luta dos trabalhadores se torna cada vez mais difícil de se desenvolver, principalmente, com a unidade necessária para ter forças entre as mais diversas categorias, colocadas como antagônicas. Não raramente escuta-se que se devem encontrar novas formas de luta, já que têm-se novas formas de trabalho; e pelo operariado fabril não ser mais maioria no mundo, que a luta sindical já não se faz mais necessária ou que é insuficiente para que valha o dispêndio.

Contudo, é possível observar, através de movimentos como dos entregadores de aplicativo - que vem tomando força através de ações, como por exemplo, as do segundo semestre de 2020, chamada “#brequedosapps”, onde houve a articulação para que as pessoas ficassem um dia sem fazer pedidos pelos aplicativos de entrega, um dos maiores exemplos da “uberização” do trabalho - que a falácia do empreendedorismo, em alguns momentos da conjuntura, perde força e não consegue se sustentar na concretude da realidade.

Movimentos como este mostram a importância da união dos trabalhadores e a necessidade de ferramentas que permitam isso. Neste ponto, começa-se a delinear as questões que se colocam para esta pesquisa. No século XXI, por mais que nos últimos tempos a cultura sindical não tenha aparecido a favor da classe trabalhadora, seria esta descartável ou seria de extrema importância a revitalização e fortalecimento de seus princípios de classe? Como se deu o processo de decadência dessa cultura, e o quanto ela realmente se faz ainda completamente condizente com a realidade? Estariam as antigas formas de luta, realmente, esgotadas ou existiu um processo para seu enfraquecimento e, na realidade, é necessário resgatar na história as formas de lutas da classe trabalhadora e revigorá-las, articulando-as, com novas táticas? Seriam os sindicatos todos, completamente, cooptados ou dentro destes existem contra molas que resistem a entregar a luta dos trabalhadores aos patrões?

Os sindicatos nascem como fruto da luta imediata dos trabalhadores e para ela servir, mas em toda sua história foram cooptados pela classe dominante, sendo este um movimento normal de se acontecer, afinal a classe dominante tem o papel de distorcer tudo que foi construído pela classe dominada, a fim de manter seu *status quo*, isso faz parte da luta de classes e compreender estes processos é uma forma de lutar contra eles. Portanto, é imprescindível o resgate da história da luta sindical, entender seus pontos fortes e fracos, onde foi sua ascensão e sua queda e como se mantém, ou não, como uma forma de luta ainda necessária e atual.

Em vista disso, esta pesquisa pretende contribuir para a sistematização do conhecimento nesta área, propiciando, entre outros aspectos, a reflexão sobre como os sindicatos podem ainda ser uma opção válida na luta dos trabalhadores, mesmo que pareçam tão distantes das novas formas de resistência contra o capital que o mundo do trabalho se apresenta hoje.

A resistência da classe trabalhadora faz parte da constituição da sociedade burguesa, é inerente a esta, ao passo em que existe uma classe que domina, é dona dos meios de produção e reprodução da vida e a sua classe antagônica, com interesses distintos, por mais que tenha suas dificuldades em resistir, permanece resistindo.

Contudo, para a compreensão do processo de como a cultura sindical deve ainda servir a classe trabalhadora no século XXI, é necessário adotar como fio condutor a categoria ontologicamente fundante do ser social, o trabalho, sendo esta essencial para entender a questão pela raiz, pois ao entender o processo de trabalho, e como ele se desenvolve e se metamorfoseia através da história, pode-se também compreender a luta da classe oprimida e suas formas de resistir. Não obstante, o foco deverá se dar sobre a experiência brasileira: como o trabalho se desenvolve no Brasil e, portanto, na luta de seus trabalhadores, observando a história do seu movimento sindical e como este continua a se desenvolver nos dias atuais.

Desta forma, pretende-se compreender, considerando as metamorfoses do mundo do trabalho e da sua reprodução social, como este trabalho, por mais que se mostre de diversas maneiras, permanece sendo a categoria formadora do ser humano e que na sociedade capitalista passa a ser trabalho alienado, explorado, assalariado.

Isto posto, essas relações deverão ser estudadas e entendidas como um processo dialético. Sendo assim, um processo permeado por diversas fases que se desenvolvem através de contradições, que se superam, criando novas fases que irão se conformar sobre novas contradições e se superar, criando em si, assim como na fase anterior, a possibilidade de novas fases da constituição desse processo, num movimento infindável. Assim, entendendo que nenhum objeto de estudo é passível de ser significativamente entendido se não apreendermos sua história, ou seja, o processo pelo qual se tornou o que é (IASI, 2011, p.12).

Portanto este estudo tem como *objeto* o processo de desenvolvimento e atualização dos sindicatos e da cultura sindical para o século XXI. Para isso, se faz necessário percorrer os caminhos que explicam a conformação da luta dos trabalhadores no Brasil até os dias atuais e por consequência as relações de trabalho onde este se configura. E assim, compreender, as categorias que constituem a forma de ser desta cultura através de seu processo de conformação.

Para tal, é importante compreender que “na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias independentes da sua vontade [...]” (MARX, 2008, p.47) portanto, relações que existem concretamente e são condicionadas por múltiplas determinações que não dependem das vontades dos homens e mulheres, mas que estão submetidas à um certo grau de desenvolvimento destes mesmos e à determinadas condições materiais, sendo esta realidade material e concreta, o fio condutor da pesquisa. Assim não

cabendo julgamentos desta forma de luta e seus processos históricos, mas sim a análise da realidade que a conformou e ainda hoje a conforma.

Desta forma, através de metodologias de análise feita com levantamentos bibliográficos, considerando as seguintes categorias de análise: história dos sindicatos, cultura sindical, tipos de sindicatos e sindicalismos, trabalho, metamorfoses do mundo do trabalho, ideologia e luta de classes, o tema deste trabalho será a “Cultura Sindical no Brasil: Desenvolvimento e Atualização para o Século XXI.”. Com o objetivo de discutir sobre o caráter de classe dos sindicatos, sua história e desenvolvimento na sociedade brasileira, bem como sua atual necessidade de fortalecimento e revitalização aos moldes do mundo do trabalho no século XXI, ao analisar e compreender as metamorfoses do mundo do trabalho e seu impacto na luta dos trabalhadores.

2 DEFINIÇÃO E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DOS SINDICATOS

2.1 O berço do movimento sindical

*“O inferno na terra! Espalham morte
pelo reino, desde que reina o Vapor,
assassinado ao mesmo tempo
o corpo e o espírito dos homens.*

*Morte, pois, ao rei Vapor, esse Moloch impiedoso!
Ó milhares de trabalhadores, todos,
atem-lhe as mãos ou nossa terra
logo ele levará à ruína!”*

Edward P. Mead (ENGELS, 2010 p. 220).

Para compreender a importância e atualidade do movimento sindical nos dias de hoje e como se chegou a sua atual situação, faz-se importante compreender sua história e alguns momentos importantes do seu processo de desenvolvimento, pois como dito por Friedrich Engels (ENGELS, 2010, p.270) todo o mundo (e cada indivíduo), só existe fundamentado no passado. Para tanto é necessário compreender também a situação da classe trabalhadora nesse processo, ainda segundo o autor, a condição na qual esta se encontra é a base de todos os movimentos sociais, pois esta é expressão principal da miséria social (Ibidem p.41).

Sindicato é uma forma de organização dos trabalhadores, porém não é a primeira e nem a única forma de luta dos explorados ante aos exploradores. Surgiram num período de transformações na Europa que tiveram tanto um cunho político, a exemplo da Revolução Francesa de 1789 com o fim do antigo regime aristocrático, para a transição rumo a um novo regime de controle estatal burguês, quanto de cunho econômico com a I Revolução Industrial que ocorreu de 1770 à 1830 na Inglaterra. Essas transformações deram o tom do tipo de organizações que se formaram nesse período, na sociedade europeia, vanguarda do sistema capitalista. Portanto, pensar os sindicatos é pensar numa articulação entre aspectos políticos e econômicos, já que estes nascem primeiramente com o principal objetivo de luta por direitos dos trabalhadores que se vinculam a esses pilares da estrutura social.

O desenvolvimento do capitalismo e da classe burguesa traz consigo, inerente a si e suas contradições, sua principal classe antagônica que é o proletariado. E é exatamente como resultado desse movimento antagônico entre essas duas classes, que nasce o movimento sindical. Com o desenvolvimento da “Lei do salário”, das máquinas a vapor e as subsequentes tecnologias de produção que resultaram no cada vez maior desemprego dos trabalhadores com

maior exploração e menor remuneração; como bem colocado por Engels em “a situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, país vanguarda do desenvolvimento industrial:

Com essas invenções, desde então aperfeiçoadas ano a ano, decidiu-se nos principais setores da indústria inglesa a *vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual* e toda sua história recente nos revela como os trabalhadores manuais foram sucessivamente deslocados de suas posições pelas máquinas. As consequências disso foram, por um lado, uma rápida redução dos preços de todas as mercadorias manufaturadas, o florescimento do comércio e da indústria, a conquista de quase todos os mercados estrangeiros não protegidos, o crescimento veloz dos capitais e das riquezas nacionais; por outro lado, o crescimento ainda mais rápido do proletariado, a destruição de toda a propriedade e de toda a segurança de trabalho[...] a degradação moral, as agitações políticas e todos os fatos que tanto repugnam aos [...] proprietários. (Ibidem p. 50).

A partir das condições socio-históricas colocadas, pode-se citar alguns exemplos principais dos primeiros movimentos dos trabalhadores, prelúdios dos sindicatos, que deram as bases para seu desenvolvimento, como por exemplo, a Sociedade londrina de correspondência e o Cartismo que caracterizaram, principalmente, o aspecto político dos sindicatos e o Ludismo que caracterizou mais os aspectos da disputa econômica e suas ações diretas.

A Sociedade Londrina de Correspondência surgiu em 1792, sendo uma espécie de agremiação: visava pressionar o parlamento por uma reforma institucional, pelo direito a voto de toda a população e lutavam pela ampliação de direitos políticos dos trabalhadores. Foi perseguida e posta na ilegalidade pela postulação dos “Combination Acts” que em 1799 e 1800 tornavam ilegais organizações da classe trabalhadora prendendo a quem participasse desses movimentos, reivindicando coletivamente o aumento de salários ou redução das jornadas de trabalho, à cadeia ou ao trabalho forçado, não permitindo, nem mesmo, que essas pessoas recebessem ajuda, sendo colocado, também, penas como multa para quem ajudasse esses trabalhadores. Essa lei foi revogada em 1824, não significando que em seu lugar não tenham vindo outras leis tão ruins quanto ou piores para a classe trabalhadora.

Já nas primeiras décadas do século XIX, com o agravamento da crise econômica do recente sistema capitalista, culminou na radicalização da classe trabalhadora inglesa, principalmente, contra a cada vez mais forte inserção de máquinas na produção e por estas substituírem e desempregarem diversos trabalhadores exponencialmente. Desta conjuntura, surge o Ludismo, um movimento de quebradores de máquinas, trabalhadores que se rebelaram contra retiradas de direitos trabalhistas e que, principalmente, por não terem meios institucionais de reivindicação, não lhes restou outras opções se não constituírem organizações

ilegais. Neste movimento eram enviadas cartas anônimas contendo reivindicações, geralmente acerca de salários e manutenção dos empregos em detrimento das máquinas e junto a estas, ameaças aos patrões que não cumprissem com as mesmas. Portanto, quando estes patrões não cumpriam com as reivindicações, estes tinham seus maquinários destruídos. Desta forma, em 1824 o governo, não por vontade própria, mas por pressão dos trabalhadores, liberou a existência das instituições de classe.

Já na terceira década do século XIX o Cartismo surgiu como um dos movimentos de maior expressão da classe trabalhadora, definido por Hobsbawm (2012 p.218) como uma expressão pública do protesto dos trabalhadores, sendo um "movimento" mais do que uma organização propriamente dita. Segundo Engels (2010, p.262), o movimento nascera do partido democrático, desenvolvendo-se com e no proletariado, onde fora elaborada uma carta baseada em seis pontos: o sufrágio universal para homens sadios mentalmente, maiores de idade e que não haviam cometido crimes; renovação anual do parlamento; remuneração aos parlamentares para possibilitar que ao estender a entrada no parlamento de indivíduos sem recursos, que estes conseguissem se sustentar a partir daí; voto secreto; colégios eleitorais com representações equitativas e supressão da exigência da posse de propriedade.

Essa carta passou a ser defendida pela maior parte do movimento dos trabalhadores nesse período, mas como diz o autor de *A Era das Revoluções* “Um movimento como o cartismo [...] fracassaria repetidas vezes sob sua fraqueza política.”, mas “Em diversas ocasiões, a fome pura e simples — o intolerável fardo que pesava sobre milhões de trabalhadores pobres — o faria renascer.” (HOBBSAWM, 2012 p.210). Contudo, segundo Ricardo Antunes (1985 p.16), as manifestações como o Ludismo se mostraram insuficientes, já que o problema se encontrava no sistema e não simplesmente em uma de suas ferramentas nesse caso as máquinas, assim, este serviu apenas para criar uma perspectiva violenta dos trabalhadores. Portanto, concluiu-se ser necessário encontrar outras formas de reivindicação e luta mais eficientes.

Após esse período, em 1842, quando passou a ser permitido o direito à livre associação, foi quando a luta dos trabalhadores conseguiu dar um grande salto e estabelecer, definitivamente, as associações dos trabalhadores que seriam os chamados sindicatos. Desta forma, as “trade unions”, como eram chamados na Inglaterra, passaram a ser o principal elemento da luta dos trabalhadores contra a exploração. Assim, ainda segundo o autor de “O que é sindicalismo” (ibidem p.17), as “trade-unions” passaram a regulamentar salários de acordo com lucros produzidos, fazendo com que os trabalhadores não tivessem que correr atrás disso individualmente, acompanhando a produtividade industrial, a fim de nivelar os salários das respectivas categorias. Desta forma, negociavam com os capitalistas melhores salários e

deflagravam greves, caso não tivessem suas reivindicações escutadas. Já através da organização de ajuda mútua como as “Caixas de resistência”, os sindicatos conseguiram auxiliar greves e trabalhadores desempregados, o que fazia com que os capitalistas fossem ainda mais pressionados. Contudo, logo os patrões aprenderam bem como responder a essa movimentação dos trabalhadores, demitindo seus empregados, coagindo-os a não participação ou aproximação com suas organizações de classe. Logo, esse movimento fez com que os sindicatos, em grande medida, se esvaziassem.

Não obstante, mesmo com a contínua perseguição aos sindicatos e quanto mais se desenvolvia o capitalismo -não só na Europa, mas no mundo todo- na mesma medida, se desenvolvia o proletariado e sua permanente luta e resistência ao sistema que lhe explorava. Assim, eclodiram ao final do século XIX, greves em todo o mundo, o que fora possível a partir da crescente experiência dos sindicatos desde o século anterior. Porém, neste período as “trade-unions”, com sua forma de luta, já mostravam suas limitações, abrindo espaço para muitas outras formas de organizações sindicais.

A partir daqui, serão tratadas apenas as vertentes que acabaram por se popularizar no movimento sindical brasileiro. Portanto, passado um breve resumo do nascimento do movimento sindical no berço do sistema capitalista, pode-se crer ser suficiente a base para compreensão de como os trabalhadores do outro lado do oceano Atlântico, puderam desenvolver sua luta agora num país colonial e de capitalismo tardio.

2.2 Surgimento do movimento sindical brasileiro

No caso do movimento sindical no Brasil, pode-se dizer que este tem cinco momentos principais em sua história: o momento anarquista; comunista; ditadura; momento social-democrata (PT) e o momento que começa a se engendrar nos dias atuais, o pós-PT, na segunda década do século XXI. Contudo, é importante ressaltar que o movimento dos trabalhadores no Brasil se inicia antes dos anarquistas e não passa a existir, apenas através, dos imigrantes do final do século XIX, mas já haviam movimentos dos trabalhadores escravizados, pois no sistema escravista não se tinha como viver na simples inércia e a resistência era inevitável.

Desta forma, antes da escravidão moderna, no Brasil seu povo já lutava e resistia a escravidão colonial, assim essa cultura do movimento dos trabalhadores brasileiros se faz importante ressaltar na história do movimento sindical no Brasil, pois costuma-se atribuir a cultura sindical total e completamente aos imigrantes europeus, quando na verdade há um movimento de luta que os precede, não sendo estes a única vanguarda na cultura sindical

brasileira. Portanto, é importante trazer à luz a origem e o contexto histórico da classe trabalhadora no Brasil.

O capitalismo no Brasil se desenvolve a partir do sistema escravista colonial o que o torna, já de início, substancialmente diferente do processo europeu, que fora tratado anteriormente neste estudo. No Brasil, o desenvolvimento do capitalismo se dá sem grandes rupturas políticas ou econômicas como na Revolução Francesa ou como o brusco processo de industrialização das cidades e proletarização dos camponeses que se deu principalmente na Inglaterra. No Brasil, as relações capitalistas se iniciam no campo com a indústria ocupando uma função secundária na economia agrária escravocrata, contudo, com o movimento de mundialização da burguesia e seu sistema econômico, a pressão sobre as colônias se deu de forma a forçar a transição para o trabalho livre. O qual, se coloca no Brasil a partir de 1888 com o fim da escravidão, forçada pela proibição do tráfico internacional de escravizados.

Exatamente por esse formato de transição ocorrido no país, onde não se acabou necessariamente com as oligarquias, sucedeu-se um caráter conciliador de classe. Já que a burguesia nacional nunca tomou para si o papel de classe revolucionária como a burguesia europeia, mas desde seus primórdios, buscou tomar espaço na sociedade brasileira, através da conciliação com o governo vigente. A burguesia brasileira, portanto, jamais pretendeu negar o caráter agrário do país, mas sim, otimizar as condições de produção, desenvolvendo-se de forma fragmentada com pequenas indústrias e poucos trabalhadores. Assim, uma indústria forte de capital robusto só apareceria no século seguinte e este é o contexto histórico no qual surge o proletariado brasileiro.

O proletariado brasileiro nasce, portanto, dada as especificidades do país, com uma grande diversidade de composição étnico-racial, diferente do que se costuma pregar de uma imagem do proletariado brasileiro composta apenas de imigrantes europeus, pois várias indústrias empregavam trabalhadores ainda escravizados ao lado dos trabalhadores livres. É importante ainda ressaltar, que para além da diversidade étnico-cultural havia uma diversidade de gênero e de geração, portanto, na indústria encontravam-se homens, mulheres, crianças, idosos e quem quer que tivesse condições de exercer os serviços, mas principalmente, quem custava menos aos proprietários, portanto, principalmente, mulheres e crianças.

Outro ponto importante a ressaltar, é que a luta dos trabalhadores brasileiros se desenvolveu em diversos pontos do território nacional, nas mais diversas áreas da indústria. Porém, como na região Sudeste era aonde se encontravam as fazendas de café, principal produção da economia brasileira, era nesta região onde se concentravam as sedes dos bancos e também onde eram depositados os ganhos de toda a produção do país, portanto, onde os

recursos acabavam por ser mais abundantes, desenvolvendo a industrialização de maneira mais acelerada que em outras regiões e atraindo mais força de trabalho.

Assim, o proletariado brasileiro se desenvolve gradualmente conforme se desenvolve o sistema capitalista brasileiro, com suas especificidades e contradições que influenciam a organização desses trabalhadores, que ainda não se configuram, necessariamente, como sindicatos, mas que começam a congregar, desde o final do século XIX e início do século XX, como por exemplo, os sindicatos de costureiras e parte da indústria que tinha predominância da força de trabalho feminina, acabando com o mito da classe operária brasileira branca, europeia e masculina.

Contudo, não se pode negar a colaboração dos imigrantes na construção das lutas operárias no Brasil, como colocado por Rossi e Gerab:

[...]os trabalhadores brasileiros não tinham experiência de trabalho na produção industrial.[...] Tais imigrantes trazem as suas experiências na arte da produção industrial e também das lutas operárias. São eles que iniciam o processo de enfrentamento contra a exploração patronal, empunhando as bandeiras das 8 horas diárias de trabalho e das leis específicas para o trabalho das mulheres e dos menores. (ROSSI e GERAB, 2009, p.24).

Neste momento já pode-se começar a tratar das diversas formas de luta do operariado brasileiro, que em seu processo de formação, experimentou várias modalidades de organização, como o modelos cooperativistas que pretendiam socorrer as dificuldades compartilhadas entre os trabalhadores, através do auxílio mútuo. Outra forma, já seriam os próprios sindicatos que, num primeiro momento, nascem com a função de negociar condições mais adequadas para a venda da força de trabalho, bem como haviam também, entidades que combinavam essas duas modalidades e se colocavam de forma mais reivindicativa e com caráter mais combativo. Houve também a mobilização dos trabalhadores, seja de forma autônoma ou através dos sindicatos, com iniciativas de formar organismos de atividade recreativa e cultural. Também, desde final do século XIX, existiu a tentativa de constituir partidos de cunho operário e até mesmo socialistas.

Neste processo, em 1906, há a realização do primeiro Congresso Nacional de trabalhadores e em 1912, com a presença do presidente da república (Hermes da Fonseca), há um segundo congresso que leva a fundação, em 1914, de uma primeira federação operária, que existirá durante alguns anos fazendo trabalho de agitação das reivindicações da classe trabalhadora. A partir deste período, os sindicatos começam a se consolidar com objetivos mais claros de organização, mobilização e conscientização, mirando a construção de uma visão de

mundo comum aos trabalhadores, para suportar as condições insalubres de trabalho e de superexploração.

Contudo, o Estado ainda não reconhecia os sindicatos e nenhuma forma de luta dos trabalhadores, ainda hegemônico pelas oligarquias do trabalho escravo que se mantinham em conjunto com a burguesia, oligarquia essa que não tinha interesse em reconhecer nenhum direito dos trabalhadores, a questão social era colocada, conforme a palavra do presidente Washington Luís, presidente da república de 1926-1930, como “caso de polícia”.

Assim, ter-se-á num primeiro momento dos sindicatos, nesse momento mais consolidados, alguns tipos de correntes de pensamento e de luta do movimento que darão a letra nas formas de agir do movimento sindical, são elas: o anarquismo, anarco sindicalismo, sindicatos amarelos e sindicatos reformistas.

Primeiro o anarquismo, a principal corrente que baseou a maior parte do movimento sindical em sua primeira fase. Abarca uma série de movimentos sociopolíticos que pregam a luta contra o capitalismo e o Estado, negando este e buscando uma nova perspectiva de sociedade, sem processos transitórios como no socialismo científico.

Deste movimento se especifica a corrente anarco-sindicalista, a qual fazia uma luta mais direta em conjunto com a classe trabalhadora. Mas, ainda assim, se negando a participar da política institucional, ou seja, negando-se a utilizar do Estado como parte do processo das mudanças sociais e negando também a organização através de partidos. Desta maneira, os sindicatos seriam sua ferramenta de rompimento com o Estado e com a ordem capitalista. Esta vertente foi a que mais teve relevância do final do século XIX, até o final da primeira guerra mundial em 1917.

Os sindicatos amarelos eram outra vertente que competia com o anarco-sindicalismo, estes realizavam ações de classe voltadas majoritariamente à conciliação. Contudo, apesar disso, alguns sindicatos neste molde conseguiram conduzir algumas reivindicações de forma efetiva. Ainda assim, esse sindicalismo amarelo se prestava ao papel de conduzir acordos entre os trabalhadores e a burguesia na tentativa de apaziguar a luta de classes.

Uma terceira corrente é a do socialismo reformista, ascendente dos setores reformistas da segunda internacional socialista, a qual pretendia acabar com a sociedade de classes, através de reformas, assim recusando-se de utilizar formas mais radicalizadas de luta.

Contudo, após a I Guerra Mundial, a partir de 1917, há um estímulo maior à industrialização mundial, o que resultou no crescimento da classe operária e com isso no aumento das contradições sistêmicas que levam às reivindicações da mesma. No Brasil este momento se reflete com grandes agitações da classe trabalhadora, como a primeira greve geral

em São Paulo no ano de 1917, a qual se tornou o momento ápice da corrente anarco-sindicalistas, que pretendeu-se, com o ato da greve geral, como a grande estratégia para se fazer a revolução socialista. Contudo, principalmente a partir deste momento, essas ideias começaram a mostrar suas limitações táticas e começaram a perder a credibilidade, principalmente, com o fato da Revolução Russa¹ e ascensão dos Bolcheviques, já que com isso a ideia da transição socialista, rechaçada pelos anarquistas, começava a ser vista com bons olhos até mesmo por parte do movimento anarquista.

Desta forma, líderes do anarco-sindicalismo, começam a se aproximar da experiência de organização do partido bolchevique, bem como estudar as obras marxistas. Desta maneira, a partir de 1919, com a criação da Internacional Comunista, há a tentativa da construção do primeiro partido comunista no Brasil, fato que só chega a ser concluído em 1922. Assim, nasce no Brasil a nova vertente que irá ser vanguarda na luta dos trabalhadores brasileiros em diversos âmbitos, mas principalmente, no movimento sindical, pelos próximos 40 anos, sendo a principal alternativa ao reformismo dos socialistas ascendentes da II Internacional Socialista. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), nasce, então, como resultado do acúmulo de experiências que se deram, principalmente, entre 1917 e 1922.

Assim, o PCB passa a ser referência para os trabalhadores e vai substituindo aos poucos a influência que as outras vertentes de organização exerciam, chegando ao final da década dos anos de 1920, como a principal vertente do movimento operário. Contribuindo para uma unificação crescente da classe, com eventos de âmbito nacionais, tentando agora pautado no socialismo científico e diferente dos anarquistas, participar da política institucional, para além do trabalho pautado apenas nos sindicatos. Desta forma, o partido propôs acordos com outras forças políticas do movimento operário, e assim fora possível até mesmo a criação de um bloco operário e camponês, no final da década dos anos de 1920, chegando a conseguir apresentar candidatura às eleições presidenciais no início dos anos de 1930. Sendo a primeira candidatura, na história do Brasil, a ser proletária e afro-brasileira sendo este candidato o operário marmorista, líder sindical, Minervino de Oliveira.

2.3 Sindicalismo na pré-ditadura militar

¹ A Revolução Russa ocorrida em 1917, aboliu o regime Czarista e instaurou um regime político Socialista, dirigido pelo partido Bolchevique, fundando a União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS) que perduraria até a queda do muro de Berlim em 1989.

Em 1929 com a crise da economia mundial, a qual gerou desemprego em massa por todo o mundo, desencadearam-se também crises políticas, levando a queda de diversos governantes, principalmente dos países latino-americanos. No Brasil, a ideia da questão social como simples caso de polícia, mentalidade que servia principalmente aos coronéis, já não convinha a burguesia, que via nesse momento de crise, uma chance de ampliar a industrialização do país. Assim, aparece o nome Getúlio Vargas como potencial estadista que teria a capacidade de trazer esses novos ares almejados. Assim, com a chamada Revolução de 1930, Getúlio depôs Washington Luís e iniciou seus 15 anos de governo denominados de “Era Vargas”.

Segundo Rossi e Gerab (Ibidem, p. 33) “Assumindo o poder, Vargas leva o projeto da burguesia à frente. Ao mesmo tempo, cede a certas pressões do proletariado, criando, porém, instrumentos para controlá-lo”, como é o caso da criação do Ministério do Trabalho (MT), que nasce na intenção de controlar a classe operária e atrelar os sindicatos ao Estado. Com leis como a de número 19.770 sobre a sindicalização, transforma os sindicatos em organismos públicos, devendo ser reconhecidos pelo Estado por meio de: estatuto-padrão (a todos os sindicatos); controle de finanças pelo MT; atestado ideológico para seus diretores (condizente a ideologia dominante); proibição de ações político-ideológicas; direito a intervenção estatal e passagem dos sindicatos a órgãos de colaboração com o Estado. Assim, nascem diversos “sindicatos oficiais”. A história oficial tenta fazer crer que é neste momento onde os sindicatos, de fato, passam a existir, sendo estes os sindicatos “oficiais”, reconhecidos pelo governo e atrelados ao Ministério do Trabalho.

Contudo, essas leis e novas formas de aparato estatal, não impedem que entre 1930 e 1932 eclodam greves pelo país, mesmo com grande repressão policial e mortes. Já em 1934, o Estado passa a dar concessões, como férias apenas aos trabalhadores da indústria sindicalizados oficialmente, o que acaba sendo um forte golpe contra os chamados sindicatos livres (independentes do Estado). Assim, as forças políticas passam a responder de formas variadas a esses sindicatos oficiais, os comunistas passam, então, a aderir a estes sindicatos, taticamente.

Através da luta dos trabalhadores e a Revolução constitucionalista de 1932 se deu uma nova constituição em 1934, onde passavam a ser constitucionais os direitos a oito horas de trabalho, prevenção de acidentes de trabalho, previdência social, férias, salário mínimo, entre outras, além de conceder autonomia e pluralidade sindical, porém isso se demonstrava mera ilusão, ao passo em que essa constituição também consagrava os sindicatos como órgãos de colaboração entre as classes.

Ainda assim, a resistência permanece e em 1º de maio de 1935 é criada a Confederação Sindical Unitária Brasileira e em seguida, a tentativa de insurreição por parte da Aliança Nacional Libertadora, todas ações dirigidas pelos comunistas. Contudo, esta última acaba por dar brecha para que o governo aumentasse a repressão e decretasse estado de sítio, fechando sindicatos e prendendo diversos militantes.

Já em 1937 há um novo golpe de Estado por parte de Vargas e nele é decretado o “Estado Novo”, com uma ditadura que se dará até 1945, sendo baseada em uma nova constituição que trouxe mudanças na estrutura sindical brasileira, se apoiando no modelo de sindicatos corporativistas instaurados no Fascismo de Mussolini e ancorados na “Carta del Lavoro”. Esse modelo prega que explorador e explorado fazem parte do mesmo corpo social e devem permanecer em harmonia pelo bem geral. Desta forma é abolida a autonomia sindical: atrela-se completamente os sindicatos ao MT; cria-se a Justiça do trabalho; é promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho e cria-se, também, o imposto sindical, onde obriga-se, a partir de então, que os sindicatos prestem assistência médica e social aos associados.

Desta forma, os sindicatos tornam-se órgãos assistencialistas que nas palavras de Rossi e Gerab (Ibidem, p.37) é o que faz nesse período, “gerar a dominação ideológica e financeira dos sindicatos. Com muito dinheiro, não necessitam de muitos associados para viver. Ao contrário, quanto menor seu quadro “social”, menor seu gasto e mais dinheiro para elevar o padrão de vida de seus diretores”. Desta forma, os trabalhadores passam a ser cada vez mais excluídos do processo de decisões de seus sindicatos e passa-se a pavimentar o caminho para o nascimento oficial do chamado peleguismo.²

Já com a II Guerra Mundial, a conjuntura internacional ao interferir na situação nacional, passa a enfraquecer Vargas que começa a ter que procurar por aliados e funda o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), um partido baseado no seu populismo portanto que aglutinava parte dos trabalhadores ludibriados por este e o Partido Social Democrático (PSD) que aglutinava seus aliados da burguesia. Porém, com a vitória dos Aliados na Segunda Guerra, finda-se a ditadura varguista e restaura-se a democracia no país.

Nessa nova fase política, em 1946, o PCB funda a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), pois, nas palavras de Rossi e Gerab (Ibidem, p. 40): “As possibilidades de crescimento do movimento sindical eram grandes e os comunistas precisavam

² Pelego é aquela pele de carneiro que se coloca entre a cavalo e o cavaleiro para tornar mais suave a montaria. Chamar sindicatos de pelegos significa que ele amortece as contradições e facilita a exploração do trabalho.

de um organismo capaz de somar grandes massas, inclusive os setores de trabalhadores de outras influências políticas". Contudo, com o início da guerra fria e a luta pela hegemonia política no mundo entre Estados Unidos e URSS, ainda segundo os autores, "afeta a política interna e a classe operária. O presidente General Gaspar Dutra cassa os direitos políticos do PCB, fecha a CGTB e promove a intervenção em 134 sindicatos. De 1947 a 1950, o movimento operário é duramente reprimido e entra em refluxo"(Ibidem, p. 41).

Já em 1950 Vargas volta ao poder, desta vez por meio de eleições, reforçando sua política populista de outrora com medidas que trazem uma enorme industrialização para o país que, ainda segundo os autores de "Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista", é quando "Surgem as grandes indústrias como a petrolífera, a química, a farmacêutica, a siderurgia se expande consideravelmente e cresce a metalurgia. Trata-se de uma política econômica nacionalista" (Ibidem, p.41).

É neste período que o PCB, que estava na ilegalidade desde 1935, volta a legalidade e passa a colaborar, taticamente, com o governo por seu viés nacionalista, que conversava, de certa forma, com o antiimperialismo americano dos comunistas, o que não impedia, ainda assim, que o partido atacasse o governo por suas relações próximas com os Estados Unidos. Nesse processo, é importante ressaltar, que o partido liderou campanhas como "O Petróleo é Nosso", o que fez com que surgissem a Petrobras e a Eletrobras.

No período subsequente, até 1964, o movimento operário e do campo se expandem e com isso cresce também a luta pelas reformas de base e, principalmente pautado pelos trabalhadores rurais, a luta pela reforma agrária. Nesse período, segundo Rossi e Gerab, a "[...] expansão das lutas políticas e dos trabalhadores é maior depois de 1959, devido, principalmente, à queda de poder aquisitivo, à tentativa de desnacionalização da economia e à inflação galopante. Tudo isso motiva uma politização das massas cada vez mais disposta à mobilização" (Ibidem, p. 43).

Em 1961 João Goulart sobe ao poder e se instaura no país o parlamentarismo, que subtrai diversos poderes cabíveis ao presidente e os passam para a mão de um primeiro-ministro. Este movimento se dá por conta das inclinações à esquerda do então presidente. Contudo, em 1963, através de plebiscito, o parlamentarismo é derrotado.

Nesse meio tempo, em 1962, é realizado o Congresso Nacional dos Sindicatos e deste nasce o Comando Geral dos Trabalhadores, que levantava as bandeiras políticas de: democratização do poder; restrições ao capital estrangeiro; maior participação do Estado na economia e reforma agrária. Essas bandeiras, entre outras, coincidiam com as políticas que tentavam ser implementadas no governo nacionalista de Jango.

Por outro lado, essas reformas iam na contramão dos interesses das elites, tanto nacionais como internacionais, principalmente esta segunda, considerando o grande apoio de boa parcela da população brasileira às reformas. Portanto, é neste momento que entra em cena, de maneira direta, a agência de inteligência civil do governo dos Estados Unidos, a CIA, com uma política de apoio aos pelegos pretendendo desmobilizar o movimento sindical, através de diversos instrumentos como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática e o Instituto Cultural de Trabalho, instrumentos estes, utilizados para treinar militantes sindicais tanto em território nacional, como no próprio EUA, para agirem no movimento sindical brasileiro. A partir desses movimentos começam a se estruturar as bases para o golpe civil-militar que se daria poucos anos à frente.

2.4 Sindicalismo na ditadura militar

Em 31 de março de 1964, com o conluio formado entre o empresariado brasileiro, os pelegos do movimento sindical, as instituições da igreja católica que faziam coro com a elite brasileira, somada a intervenção estadunidense na política brasileira, deu-se como um movimento desesperado para barrar o cada vez mais forte movimento dos trabalhadores, o Golpe Civil-militar que se estenderia pelos próximos 21 anos da história do Brasil.

Neste momento recai sobre o movimento sindical uma enorme derrota pois segundo, ainda, Rossi e Gerab:

O sindicalismo, devido sua ambiguidade política, sem raízes profundas nas fábricas, não teve forças sequer para realizar uma greve de resistência. Centenas de sindicatos foram fechados, submetidos à intervenção de inúmeros de seus dirigentes presos ou foragidos. Milhares de delegados sindicais foram perseguidos com prisões, perda de emprego ou obrigados à vida de clandestinidade. Quantos foram assassinados ainda falta conferir. (ROSSI e GERAB, 2009, p.45)

Desta forma, nesse período, relega-se novamente, através de novos instrumentos legais, o papel dos sindicatos a meros órgãos assistencialistas e de mediação entre Estado e trabalhadores. Abrindo caminho para a efetivação do imperialismo estadunidense em solo nacional e para a superexploração ainda maior dos trabalhadores.

Assim, se dá, logo no primeiro ano de golpe, uma política econômica de arrocho salarial que, entre outras coisas, proibiu o direito à greve e fixou o índice de aumentos salariais, tornando essas negociações prerrogativas estatais. Para a efetivação do arrocho salarial, em 1966 criou-se o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), instrumento de demissão compulsória das empresas que passam a poder demitir grandes contingentes de trabalhadores sem maiores

dificuldades e recontratá-los com a ajuda do fenômeno da concorrência, o qual gera força de trabalho sobrando, com salários mais baixos. Concedeu-se também, uma série de condições vantajosas para aumentar os lucros do capital externo, facilitando que as multinacionais pudessem levá-los para fora. E em 1968, inicia-se o “milagre brasileiro”, momento de prosperidade para as classes dominantes e de extrema miséria para a maior parte da população brasileira.

Deste modo, segundo Rossi e Gerab, “Toda essa política era “legitimada” por um Congresso Nacional expurgado dos contestadores e com alguns membros nomeados pelos militares (senadores biônicos), sujeito a constantes intervenções” (Ibdem p. 47). E para consolidar o poder dos militares, ainda por cima, haviam apenas dois partidos legais, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) que era o partido da ordem e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que era a oposição, contudo uma oposição tolerante ao governo. Na primeira se encontravam as forças mais conservadoras antes da ditadura e na segunda as forças mais à esquerda e que estavam próximas de Jango antes do golpe.

Considerando essa conjuntura, o movimento sindical não teve outra opção a não ser recuar e repensar suas formas organizativas, voltando-se novamente às fábricas e às bases, para voltar a se fortalecer. Por outro lado, havia outra face do sindicalismo, a qual encontrou na ditadura militar um terreno fértil para crescer e se consolidar, que fora o peleguismo, trabalhando a favor do governo e delatando trabalhadores que ousavam lutar contra este.

Ainda assim, os trabalhadores vão se mobilizando clandestinamente e aos poucos voltam a recriar seus movimentos de resistência e luta por todo o país. Já entre 1967 e 1968 começam a se criar movimentos contra o arrocho salarial, como o MIA (Movimento Intersindical Antiarrocho) e voltam a ocorrer tentativas de greves como em Osasco e Contagem, as duas terminando em fortes e agressivas repressões do Estado. Movimentos como esses desencadearam maior repressão por parte do governo com o Ato Institucional número 5, o qual destituiu todos os direitos dos cidadãos e foi o período da ditadura com mais assassinatos, torturas e recrudescimento da violência estatal na vida dos trabalhadores. Esse processo se dá até 1977, quando volta a florescer mais uma vez o movimento dos trabalhadores e a maior decadência do regime militar e, desta forma, ainda segundo os autores Rossi e Gerab:

A insatisfação aumenta e o combate à ditadura envolve todos os setores da sociedade: movimento estudantil, OAB, ABI, igrejas, classe operária, trabalhadores rurais, intelectualidade. Esse processo alcançou a própria capacidade de sustentação da ditadura militar, com o aprofundamento dos pontos de divergência tanto entre os militares, quanto entre os seus apoiadores civis.” (ROSSI e GERAB, 2009, p. 53).

Assim, na década de 1970 começam a se fortalecer variados movimentos sociais e as antigas organizações de esquerda passam a rever suas ações. E desta forma, em 1978 voltam com toda força os movimentos grevistas construídos através de um trabalho muito árduo e cuidadoso dos sindicatos, criando comissões de fábricas e com lutas específicas em cada local de trabalho. Nestes movimentos nascem dois blocos do movimento sindical, a Unidade Sindical que eram os comunistas (PCB, MR8 e PCdoB) adotando uma posição reformista junto com os pelegos e do outro lado o movimento dos trabalhadores que defendiam os princípios do sindicalismo classista e que, mais a frente, desembocam na criação da Central Única dos Trabalhadores.

2.5 Sindicalismo na Nova República

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) nasce através da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) e se torna a vanguarda do movimento sindical na década de 1980, sendo um dos principais movimentos de base da Nova República que surgia com a derrocada da ditadura civil-militar. Se consolida como uma organização da classe trabalhadora que defenderia os direitos dos trabalhadores, contra a exploração patronal, desatrelada do governo, contra a estrutura sindical que se dava desde a era Vargas, contra o imposto sindical e em favor da autonomia sindical.

Contudo, esta não se dá sem a oposição dentro do próprio movimento sindical onde, primeiramente, se dá através da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) composta pelos pelegos e reformistas. Porém, este movimento não consegue se consolidar e ser oposição forte suficiente a CUT e assim, nos anos 1990 nasce a Força Sindical, defendendo o chamado sindicalismo de resultados (onde o que importa é o dinheiro na mão do trabalhador), agindo em conjunto com o governo e em conformidade com o capitalismo.

A partir de 1990, o chamado novo movimento sindical começa a se debilitar novamente, com o rebatimento cada vez mais forte da crise internacional do sistema capitalista que se instaurou desde a década de 1970, os trabalhadores começaram a ter cada vez mais dificuldades em negociar a seu próprio favor, já que o desemprego assolava cada vez mais a vida destes. A burocracia sindical também cresce e as perspectivas de um futuro melhor diminui proporcionalmente.

Vale ressaltar que no âmbito da luta internacional dos trabalhadores a conjuntura não se difere muito da brasileira, considerando a derrocada da URSS que trouxe consigo uma perspectiva de derrota e vergonha para a classe trabalhadora, como um movimento que apenas

demonstrou que não havia outra opção a não ser a forma social burguesa e capitalista, abrindo cada vez mais espaço para o reformismo e a fascistização da sociedade moderna. Para além da ascensão do neoliberalismo, onde passa a se consolidar uma concentração de renda cada vez maior, ampliando a geração da pobreza no mundo e a exploração da classe trabalhadora.

Essa conjuntura internacional recai de forma muito mais grotesca nos países ditos de “terceiro mundo” ou “subdesenvolvidos”, entre outras nomenclaturas referentes aos países colonizados pelas principais potências mundiais. Com políticas econômicas baseadas na desnacionalização do mercado de consumo, a desregulamentação dos direitos dos trabalhadores, privatizações em massa, baixos salários, entre outras medidas.

No Brasil estas políticas são vinculadas através, principalmente, dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC) que vencem o projeto democrático popular traçado pelo movimento dos trabalhadores e avançam com o neoliberalismo. Desta forma, o movimento sindical que se mantinha numa perspectiva classista percebe que precisa lutar com mais afinco contra o corporativismo, cada vez mais intenso, forçado por essa nova ideologia política que começava a se impor com cada vez mais força. Assim, segundo Rossi e Gerab, era necessário “Retomar e avançar na organização sindical de base, inclusive no interior das empresas; unificar os sindicatos debilitados (bases dispersas pelo avanço tecnológico e a reestruturação dos métodos de trabalho que promove nas empresas)” (Ibidem, p. 60).

Ao fim e ao cabo, o novo sindicalismo, na nova república, tem certos avanços, contudo, se divide ideologicamente, sendo polarizado pela CUT e Força Sindical, um movimento de cunho classista (que com o tempo passa a se deteriorar ideologicamente) e outro de cunho pelego. Acaba por se enfraquecer com a nova conjuntura neoliberal que lhe é imposta e dificulta suas ações com as ferramentas da burguesia, cada vez mais sofisticadas para a exploração dos trabalhadores.

2.6 A era do Partido dos Trabalhadores e ao apassivamento da classe trabalhadora brasileira.

Contudo, ainda que estratégica e taticamente debilitado, o movimento sindical e dos trabalhadores, em geral, ainda assim, conseguem construir uma figura de peso político que no início do século XXI daria início a um governo que seria, em tese, a favor dos trabalhadores. Em 2002 era eleito à presidência da república um dos principais representantes sindicais do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e com ele se instaura a esperança para a maioria dos trabalhadores que finalmente, conseguiriam algum alívio e avançariam nas suas lutas, tendo no

poder alguém que entendia a realidade destes e seria o fio condutor para a melhoria de vida de toda a classe trabalhadora brasileira.

Contudo, não foi bem assim que as coisas se deram, pois já no 12º Encontro Nacional, pouco antes das eleições de 2002 o discurso que se colocava era de um “contrato social” com o “apoio de amplas forças sociais” em favor de um Estado que já se iniciaria ignorando a luta de classes e considerando todos os indivíduos componentes da sociedade brasileira como um único povo ((2001): 38) apud IASI, 2017, p. 306). E assim, já no primeiro ano de posse, atrelado às mudanças estruturais do mundo do trabalho internacional, sucederam-se ataques à estrutura sindical, perdas de direitos e uma reforma trabalhista que entrava em curso e em nada era a favor dos trabalhadores.

Essa posição neoliberal do governo petista acaba por criar uma cisão no movimento sindical classista havendo várias rupturas na CUT, surgindo a partir desta, novas centrais sindicais em oposição ao governo e outras nem tanto. Nasce nesse período, por exemplo a Conlutas, Intersindical, entre outras. Desta forma, o movimento sindical passa mais uma vez a se enfraquecer, pois está dividido em diversas correntes com diferenças de estratégia e tática praticamente irreconciliáveis, que mais a frente até o final do governo petista ainda iriam se cindir em outras tantas correntes sindicais.

A CUT em suas definições congressuais de 1983 coloca que seu objetivo principal é a luta pelos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, portanto, fazer a luta econômica e política no sentido de uma sociedade sem classes e assim foi nos seus primeiros 10 anos de existência com intensas mobilizações e lutas proletárias. Contudo, o movimento da história já mostrou que é necessário, de acordo com as conjunturas colocadas tanto nacional e internacionalmente, que haja constantemente a reavaliação das táticas e reinvenção do movimento para que ele se adeque às necessidades do tempo histórico, porém, sem perder seu objetivo principal, mas foi nisso que a CUT, bem como maior parte da esquerda, falharam em fazer.

A CUT, como principal ferramenta da luta dos trabalhadores neste período, acaba por ser também a representante maior, apesar de não a única, da derrota do movimento sindical, e que passou quase que em sua totalidade a pender para a social-democracia, perdendo sua identidade de classe e abrindo espaço para se adequar, sem maiores problemas, as condições do governo e, portanto, dos patrões, considerando que o governo serve, necessariamente, a classe dominante. Assim, o viés socialista passa a ser letra morta e o pacto social nova palavra de ordem e desta forma a despolitização e apassivamento da classe trabalhadora seu sepulcro.

Desta forma, se faz necessário colocar a importância do PT nesse processo de peleguismo da CUT. A tendência majoritária do PT é a mesma que dirigia a CUT, com uma perspectiva autoritária, assim que este sobe ao poder, imediatamente, passa a comprometer a autonomia da central, assim, segundo Rossi e Gerab (2009, p. 96), “A chegada de Lula à Presidência da República funcionou como um agravante do desvio da CUT e dos cutistas dos rumos de um sindicalismo confiável”. Com os cutistas participando dos fóruns e conselhos do governo, limitando sua combatividade aos limites impostos pelo patronato, não mais lutando sequer pelos melhores acordos, mas aceitando os possíveis colocados pelos patrões em favor da produção e em detrimento dos trabalhadores.

Exemplo da prostração da central em relação ao governo foi a jogada tática deste ao nomear como ministro do trabalho o presidente da central, bem como outros cargos no governo dado a dirigentes desta, o que passou a comprometê-la com o governo. Desta maneira, ainda segundo Rossi e Gerab:

O balanço do processo de degeneração da CUT e de boa parte dos sindicatos ligados a ela é quase catastrófico. Além de perder as suas referências organizativas e de luta, entre os trabalhadores e as trabalhadoras das suas bases sociais, vai desenvolvendo entre os trabalhadores um grande descrédito nas direções e na própria luta sindical. (ROSSI e GERAB, 2009, p. 99).

Ao falar do movimento dos trabalhadores e dos sindicatos, se faz importante ressaltar a importância do PT nesse processo. Assim como a CUT, este também nasce como uma ferramenta da luta dos trabalhadores, contudo com os anos, para conseguir galgar o poder na política institucional, foi deixando sua perspectiva popular, antiimperialista, anti-latifundiária, em suma classista. Assim, ao conseguir chegar ao poder e para poder se manter dentro desse modelo de “presidencialismo de coalizão” vigente no Brasil, desde o princípio não se tentou outra alternativa, senão a conciliação de classes e apassivamento da classe trabalhadora se utilizando, principalmente, dos aparatos de luta dos trabalhadores, como a própria CUT. Desta forma, segundo Mauro Iasi: “O PT não foi protagonista de uma alternativa socialista para o Brasil, foi o protagonista indispensável para a consolidação de uma democracia de cooptação e, com ela, a consolidação da ordem burguesa em nosso país” (IASI, 2017, p. 312).

O PT prestou-se, portanto, ao papel de apassar a classe para que pudesse passar sua política neoliberal. Contudo, isso não significa que não houve quaisquer lutas nesse período, elas somente diminuíram e tomaram outras formas, cada vez mais distantes do sindicalismo e, em grande parte, desligadas de qualquer perspectiva de classe.

Contudo, após dois mandatos de conciliação de classes, de venda da luta dos trabalhadores, programas sociais compensatórios e assistencialistas, poder de compra para os trabalhadores ao custo de seus direitos, de submissão à ordem burguesa, fez com que em 2013, no terceiro mandato do PT, sob a liderança de Dilma Rousseff, o governo não conseguisse mais sustentar esse modelo e não impediu que as contradições próprias do sistema capitalista fizessem eclodir grandes manifestações por todo o país sob o chamado principal contra o aumento das tarifas do transporte público, mas que no seu desenrolar foi levantando diversas outras bandeiras de questões latentes na sociedade brasileira, que o integracionismo do PT não podia dar conta por sua própria estratégia de poder. Após isso, o movimento dos trabalhadores, agora não mais sob a direção principal dos sindicatos ou partidos da classe, voltou a se movimentar e tomar novas formas.

Assim, em 2016 no quarto mandato do partido este não consegue sustentar-se mais no poder, sem sua base política institucional e muito menos social, acaba sendo retirado do poder institucional, através de um golpe representado na figura de Michel Temer que ficaria até 2018 quando se dariam as novas eleições. O governo golpista não faz mais que continuar a prestar o mesmo papel que o governo usurpado, porém, aprofundando os ataques à classe trabalhadora. E assim se dá o fim do governo do partido dos trabalhadores, com desdobramentos políticos e sociais que reverberam até o início da terceira década do século XXI.

3 A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SÉCULO XXI: TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

3.1 Contextos de um mundo neoliberal

Após este breve histórico da história dos sindicatos e da conjuntura que envolve a luta dos trabalhadores desde seu surgimento na Inglaterra, até seu último período mais expressivo no Brasil, para compreender melhor os sindicatos hoje, o que são e suas potencialidades ou não no século XXI, é necessário compreender em que contexto econômico e social essas lutas e ferramentas estão tendo que lidar na atualidade.

Como já fora colocado anteriormente, a partir de 1970 o capital entra em uma nova crise que desta vez faz com que tenha que se reestruturar em toda sua forma de produção e isso gera grandes mudanças no mundo do trabalho e, por conseguinte, na resistência da classe trabalhadora. O modelo na produção, antes pautado no fordismo e taylorismo, das esteiras e linhas de produção em massa, agora passa a ser pautado, em sua maioria, pelo Toyotismo, quando passa a ser criada uma nova cultura industrial mais enxuta, o que acaba por gerar e fortalecer o fenômeno da terceirização para distanciar gastos menos ligados diretamente à produção, como: limpeza, transporte, segurança e afins. Contudo, vai se alastrando para todo o setor de serviços que passa ser o setor que mais cresce no capitalismo a partir desse período, principalmente, com a financeirização do capitalismo.

Sobre a terceirização exemplifica Ricardo Antunes:

Nesse contexto, a terceirização vem se tornando a modalidade de gestão que assume centralidade na estratégia empresarial, uma vez que as relações sociais estabelecidas entre capital e trabalho são disfarçadas em relações interempresas, baseadas em contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes, com consequências profundas que desestruturam ainda mais a classe trabalhadora, seu tempo de trabalho e de vida, seus direitos, suas condições de saúde, seu universo subjetivo etc. (ANTUNES, 2020, p.32)

Outro ponto importante nessa nova fase que faz avançar a lógica neoliberal e a globalização da modernização, é o avanço nas tecnologias da informação e comunicação (TICs) que cria, segundo Ricardo Antunes (Ibidem, p.32) o proletariado da era digital, com trabalhos ainda mais explorados, alienados, sem direitos, sem segurança em suma um escravo moderno. Aqui se faz importante colocar que no início do advento dessa era tecnológica, também segundo Antunes (Ibidem, p.29) se falava em fim do trabalho, que esse novo mundo “maquínico-informacional-digital” daria conta de suprir a incansável necessidade de produção do sistema

capitalista, mas como poderá constatar-se, essa ideia não passou de uma análise rasa da realidade acerca da produção capitalista e do mundo do trabalho.

Desta forma, nessa nova lógica neoliberal, a produção passa, majoritariamente, para os países do hemisfério sul, onde o capitalismo é menos avançado que no centro do sistema e a força de trabalho, por sua vez, é mais barata e suscetível a maior exploração pela sua situação de pauperização extrema. Portanto, é neste período que o capital começa a reinventar de forma muito mais eficaz suas ferramentas de dominação e exploração, a partir de seus aprendizados no centro do sistema. Agora na periferia, já sabe muito mais como lidar, principalmente, com a resistência dos trabalhadores à exploração. Portanto, é deste processo, principalmente, que advém a ideia “eurocêntrica” do fim do trabalho, mencionada anteriormente.

3.2 Neoliberalismo à brasileira

No Brasil, essa reestruturação produtiva e financeirização da economia começa ser sentida, principalmente, a partir de 1990, com governos que assumem de vez a nova forma neoliberal, como os governos Collor e FHC. Contudo, como já se pôde constatar, o terreno fértil para essa política se deu realmente nos governos petistas, que aprofundaram o trabalho iniciado pelo governo FHC e que fora continuado pelo governo golpista de Temer e agora se aprofunda, aos moldes do conservadorismo e com o fator agravante fascistizante, no (des)governo de Bolsonaro, tendo como condutor de uma política neoliberal ainda mais brutal, seu ministro da economia, Paulo Guedes.

No Brasil, o desenvolvimento desse processo, segundo Antunes (Ibidem, p.122), se dá através das imposições das transnacionais subsidiadas no país para adoção do toyotismo, portanto adoção de padrões de produção para uma acumulação flexível; da necessidade da indústria brasileira em se adequar a “competitividade internacional” e da reorganização das empresas, que fosse capaz de responder ao avanço das lutas sindicais, principalmente que se deram na década de 1980. Assim, a característica principal desse novo capitalismo brasileiro seria a união desse processo com o fordismo preexistente na indústria brasileira, portanto a união deste com tecnologias mais avançadas, qualificação maior da força de trabalho e ainda maior intensificação da exploração da mesma.

Assim, já no século XXI, com a reestruturação do capital cada vez mais consolidada, a informalidade no mercado de trabalho começou a ser cada vez mais a palavra-chave do mundo do trabalho no Brasil. Com empregos cada vez mais à margem da legislação trabalhista do país, possibilitado por malabarismos institucionais, a cada vez mais desenfreada terceirização,

primeiro abrangendo apenas as atividades-meio, até atingir, sem maiores constrangimentos, as atividades-fim. Assim, nas palavras do autor de o “ O privilégio da servidão”:

Em síntese, a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil. Constitui-se num fenômeno onipresente em todos os campos e dimensões do trabalho, sendo uma prática de gestão/organização/controle que discrimina e, ao mesmo tempo, é uma forma de contrato flexível e sem proteção trabalhista. É também sinônimo de risco de saúde e de vida, responsável pela fragmentação da identidade coletiva dos trabalhadores, com a intensificação da alienação e da desvalorização do trabalho humano, assim como é um instrumento de pulverização da organização sindical, que incentiva a concorrência entre os trabalhadores e seus sindicatos. Ela ainda cobre com um "manto de invisibilidade" os trabalhadores nela enquadrados, como facilitadora do descumprimento da legislação trabalhista, como forma ideal para o empresariado não ter limites (regulados pelo Estado) no uso da força de trabalho e da sua exploração como mercadoria. (ANTUNES, 2020, p.167)

Dessa forma acaba se concretizando um alastramento descontrolado da terceirização no país com o avanço do Projeto de Lei Complementar n.30 (PLC30), onde se marcava na prática e não na teoria, o fim da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Desta forma, a informalidade passa a ser a regra, ainda segundo Antunes:

Quanto mais avança o receituário imposto pelo capital financeiro, mas se esparrama essa pragmática letal para o trabalho. Consequência: proliferam, em todos os cantos, as mais diversas formas de trabalho terceirizado, desprovidos de direitos ou “pejotizadas”. A precarização do trabalho se expressa ainda na disseminação das falsas cooperativas, no apelo ao voluntariado, assim como no incentivo ao empreendedorismo - uma espécie de empregador e assalariado de si próprio. Em comum nesse conjunto de formas assumidas pelo trabalho, pode-se observar a erosão dos empregos associada à corrosão dos direitos do trabalho. Desse modo, a terceirização, que no passado recente era exceção (existentes principalmente nos setores de limpeza, segurança e transporte de trabalhadores), vem se tornando a regra. (ANTUNES, 2020, p.177)

Esse processo no Brasil se alastra não só pelas empresas privadas, mas também pelas empresas públicas com a cada vez maior privatização das mesmas e terceirização de serviços, através das chamadas organizações sociais, onde há a transferência de recursos públicos para empresas privadas e cada vez mais o Estado acaba por ser tornar mero gestor do capital financeiro. Assim, não há escapatória nem para os servidores públicos que pareciam ter ainda alguma estabilidade. A nova programática seja do setor privado como o público é mesmo a dissolução de direitos, salários cada vez menores, menos segurança, menos qualificação e apenas mais exploração.

Por último, mas não menos importante, é necessário ressaltar um movimento que não se dá apenas no Brasil, mas vem se tornando cada vez mais uma das únicas opções dos

trabalhadores neste e outros países, que são os trabalhos pautados nas plataformas digitais (como a Uber, Ifood etc.), bem como home-offices e entre outros do setor de serviços. Um trabalho onde os trabalhadores, basicamente, devem se colocar à disposição da plataforma (grandes corporações globais camufladas por um aplicativo) perpetuamente. Esse é só mais um exemplo do refinamento do capital em suas ferramentas de submissão dos trabalhadores, que além de sofrerem com todos os males descritos anteriormente, pelas novas formas do trabalho, ainda por cima arcam com todas as despesas necessárias para a concretização do trabalho, enquanto o único papel cumprido pela empresa é ser mediadora entre empregado e cliente e assim gerar mais-valor em cima do total apagamento de deveres trabalhistas conquistados até então, na história da classe trabalhadora. Desta forma, ainda segundo o autor:

Se essa lógica não for radicalmente confrontada e obstada, os novos proletários dos serviços se encontrarão entre uma realidade triste e outra trágica: oscilarão entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o *privilégio da servidão*. (ANTUNES, 2020, p.36)

3.3 Desafios da retomada à cultura sindical

Nesse último período, se por um lado o movimento sindical esmorecia, por outro, os novos movimentos sociais cresciam e se fortaleciam, movimentos de luta acerca de gênero, raça, etnia, moradia, movimento indígena, etc. Contudo, estes movimentos são ainda mais fáceis de serem cooptados pela lógica neoliberal e muitos acabam por se tornar apenas movimentos identitários presos à sua única pauta, sem percepção da totalidade que os cerca, acabando por mirarem muitas vezes nos inimigos errados.

Desta forma, é perceptível que a luta dos trabalhadores, apesar de se enfraquecer, jamais deixou de existir, e em maior ou menor medida, jamais deixou de confrontar as contradições inerentes a esse sistema, mas recebeu novas formas e ampliou suas bandeiras. Porém, são poucos os movimentos ditos “identitários” que têm algum viés de classe assumido e consciente, portanto, apesar do papel crucial do mundo do trabalho na existência humana, este acabou por ser colocado em segundo plano, em detrimento de outras pautas que, em verdade, se tornam insuficientes quando não consideram a centralidade deste dentro de suas lutas..

Assim, nessa nova era de serviços, onde o trabalho advindo da indústria, aquele mais comumente relacionado aos sindicatos, somada às novas palavras de ordem do capital, para ludibriar a classe que vive do trabalho, como: empreendedorismo, inovação, colaboradores etc; somado ao apassivamento que decorreu dos governos do PT e toda uma conjuntura mundial de enfraquecimento das esquerdas, levou a crescente perda da denominada consciência de classe,

relegando aos trabalhadores lutas e reivindicações individuais, condizentes com a ideologia hegemônica burguesa, onde o indivíduo se torna mais importante que o coletivo e ele mesmo se basta. Ideia esta que, na prática, não funciona, intensifica, somada à crescente exploração da força de trabalho desses indivíduos, mais alienação, desumanização, depressão, solidão, frustração, entre outras coisas, como a dificuldade de carregar, sozinhos, o peso de suas existências, tanto objetiva, como subjetiva.

Portanto, os desafios impostos ao movimento sindical brasileiro no século XXI são diversos e complexos, pois com o desenvolvimento da sociedade e dos novos movimentos sociais, intrínsecos as contradições que esta coloca, somada a nova morfologia do mundo trabalho imposta pelo movimento do capital, a nova forma dos sindicatos deve assumir uma organização, nos termos de Ricardo Antunes (Ibidem, p.306), ampliada que organize o conjunto da classe trabalhadora em todos seus setores e recortes. Isso quer dizer que os sindicatos para voltarem a se fortalecer devem considerar os movimentos sociais como um todo, de gênero, raça, etnia, considerar a feminização no mundo do trabalho e suas implicações na dinâmica societal. Considerar a questão racial, dos imigrantes e dos indígenas, que são junto às mulheres e LGBTQIA+ os grupos mais marginalizados, explorados e precarizados no mundo do trabalho e na sociedade.

Outro grande desafio a ser superado é a própria noção de classe trabalhadora, devendo sair da concepção, antiga e atrasada de que a classe é composta apenas por operários e começar a ampliar a perspectiva sindical para o setor de serviços que vem se expandindo cada vez mais nessas novas formas em que o capitalismo se mostra, sendo o proletariado emergente desse setor extremamente explorados, ainda mais alienados e cooptados pela lógica neoliberal, para além de ainda não terem uma tradição de luta como é o caso do proletariado industrial.

Para além disso, o movimento sindical brasileiro precisa urgentemente, se livrar de seu viés corporativista, cupulista, burocrata e verticalizado, que tem incorporado desde seu nascimento oficial no Estado Novo de Vargas e recuperar sua cultura classista, repaginada para as novas demandas impostas pelo século das tecnologia da informação e do individualismo. Isso coloca outro ponto importante que é o caráter, para além de classista, internacinalista, solidário entre trabalhadores dos mais diversos setores e confrontacionista quanto a toda a engrenagem desse sistema, o que quer dizer que deve também largar mão de ações voltadas apenas a perspectiva institucionais, compreendendo com o exemplo da experiência fracassada do governo do PT, que não pode se contar apenas com a luta econômica, pautada pela política institucional, mas principalmente deve ser pautada nas bases, próxima destas e no cotidiano destas.

Por último, mas não menos importante, dois pontos levantados, ainda por Ricardo Antunes (Ibidem, p. 308) é a preocupação com qual indústria é almejada e qual o futuro da classe trabalhadora neste sistema, portanto, não basta a preocupação com as formas sociais e econômicas e em como amenizar suas consequências. É importante considerar uma mudança estrutural da sociedade, não apenas no que diz respeito às relações sociais, mas de produção e de uso do próprio meio ambiente. Pois, destas relações dependem, não só o futuro da classe trabalhadora, que constitui a maior parte da humanidade, mas o futuro do planeta e tudo que nele habita.

Portanto, para os sindicatos voltarem a se fortalecer (não só estes, como todos os movimentos que lutam em prol da classe trabalhadora) é crucial que se atente a estes pontos, pois segundo ainda o autor de “Os Sentidos do Trabalho”, “O desafio maior do mundo do trabalho e dos movimentos sociais de esquerda é, então, criar e inventar novas formas de atuação *autônomas*, capazes de articular e dar *centralidade às ações de classe contra o capital e sua lógica destrutiva.*” (Ibidem, p.315).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

AOS QUE HESITAM

Você diz:

Nossa causa vai mal.

A escuridão aumenta. As forças diminuem.

Agora, depois que trabalhamos por tanto tempo

Estamos em situação pior que no início.

Mas o inimigo está aí, mais forte do que nunca.

Sua força parece ter crescido. Ficou com aparência de invencível.

Mas nós cometemos erros, não há como negar.

Nosso número se reduz. Nossas palavras de ordem

Estão em desordem. O inimigo

Distorceu muitas de nossas palavras

Até ficarem irreconhecíveis.

Daquilo que dissemos, o que é agora falso:

Tudo ou alguma coisa?

Com quem contamos ainda? Somos o que restou, lançados fora

Da corrente viva? Ficaremos para trás

Por ninguém compreendidos e a ninguém compreendendo?

Precisamos ter sorte?

Isto você pergunta. Não espere

Nenhuma resposta senão a sua.

Bertold Brecht. (BRECHT, 2012, p.186).

Os sindicatos por serem fruto direto da questão social, das contradições impostas no cerne do metabolismo do sistema capitalista de produção e por nascerem com o objetivo de ser oposição e resistência a esse sistema, sofrem, desde seu advento, com diversas formas de ataques, de contraposição, de um sistema que tem todas as ferramentas e formas variadas de se reinventar, pois é o possuidor do poder e da hegemonia, política, ideológica, econômica e produtiva. Portanto, está sempre muito a frente das possibilidades e ferramentas de um simples instrumento de luta contra suas engrenagens. Porém, ainda assim, segundo Ricardo Antunes, os sindicatos são ainda ferramentas imprescindíveis, enquanto existir a sociedade capitalista (ANTUNES, 2020, p.155) e suas implicações na existência do planeta e da humanidade.

Portanto, como é demonstrado no decorrer do trabalho, há ainda na contemporaneidade uma importância dos sindicatos como uma das ferramentas principais contra o sistema opressor burguês. Sendo importante também, que este se some à outras ferramentas, desde o partido

sendo um aglomerador dessas demandas, como vanguarda, tanto como dos diversos movimentos sociais que o cercam e devem ser aderidos por este movimento sindical.

Deve haver, também, a busca de uma nova sociedade que volte a aproximar a produção de bens necessários à reprodução humana, dos trabalhadores que produzem esses bens, bem como o retorno da produção voltada às necessidades, não ao lucro. E sendo os sindicatos responsáveis por mediar o mundo do trabalho, esses cumprem o papel crucial de construir, nas palavras de Ricardo Antunes, “Um processo de emancipação simultaneamente do trabalho, no trabalho e pelo trabalho.” (Ibidem, p.316), resultando, portanto, ainda segundo o autor, em uma vida cheia de sentido fora do trabalho, que supõe necessariamente uma vida dotada de sentido dentro deste trabalho (Ibidem, p.317) resgatando, assim, o caráter teleológico do trabalho..

Contudo, com as grandes modificações na morfologia do trabalho, se faz importante que os sindicatos cumpram o papel de estreitar as relações entre antigas formas do trabalho que ainda perduram, com as novas formas, portanto que rompa com as barreiras sociais que existem entre trabalhadores da indústria e de serviços, de todos os setores explorados e entre os que estão à margem do trabalho e não conseguem nem ao menos se inserir no mundo do trabalho, É importante ressaltar, que o grande número de trabalhadores desempregados cumprem papel crucial na manutenção e conservação do capital e sua possibilidade de exploração da classe trabalhadora, gerando assim um exército industrial de reserva, criando a concorrência, ferramenta crucial ao seu funcionamento. Isso leva, também, a importância da recuperação da consciência de classe dos trabalhadores, já que ainda segundo Antunes:

Do ponto de vista estratégico, se forem capazes de unir os laços de solidariedade e o sentido de pertencimento de classe, conjugando suas ações, as entidades representativas dos trabalhadores poderão, mais do que qualquer outra força social, demolir efetivamente o sistema de metabolismo societal do capital e sua lógica destrutiva e, assim, também começar a desenhar um *novo modo de vida*. E os sindicatos de classe ainda poderão ter um papel de destaque nesse processo, se forem capazes de entender o século XXI e, em especial, a nova morfologia do trabalho. (ANTUNES, 2020, p.156).

Os sindicatos cumprem ações que são, segundo Engels (2010, p.258), como uma escola de guerra onde os trabalhadores se preparam para a grande batalha contra o sistema que os oprime. Portanto, os sindicatos não são um fim em si, mas cumprem papel importantíssimo na luta dos trabalhadores por uma sociedade sem racismo, sem machismo, dentre outras tantas formas de opressão e sobretudo, sem classes.

Contudo, os sindicatos, dentro de uma visão classista devem estar vinculados a um partido da classe trabalhadora que tenha um programa que articule todos os movimentos necessários à luta pela emancipação humana, que abranja todos os movimentos sociais, sendo os sindicatos imprescindíveis enquanto ferramenta revolucionária. Pois, segundo Trotski (1931), numa perspectiva de estratégia marxista, é princípio dos sindicatos combinarem a luta por reformas com a luta pela revolução. Contudo, vide experiência petista, há de tomar-se cuidado em cair no puro reformismo, de uma agenda social-democrata, que em realidade coaduna com o neoliberalismo e o fortalece, distante de uma perspectiva emancipadora para a classe trabalhadora.

Por fim, pode-se então, concluir que os sindicatos são ferramentas ainda necessárias neste século que se inicia. Porém, só servirão de maneira eficiente se forem intimamente ligados a um programa fiel a classe trabalhadora, bem delineado, ideologicamente direcionado para a emancipação completa da humanidade. Sabendo, com as experiências destes últimos três séculos de capitalismo, que não há mais espaço para conciliações entre classes de caráter estritamente antagônico. Assim, cabe lembrar algumas das últimas palavras de Marx e Engels no “Manifesto Comunista”, “[...]os proletários nada têm a perder a não ser os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar.” (2017 p.51).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**/ Ricardo Antunes. – 2. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo L. C.. **O que é sindicalismo**/ Ricardo L. C. Antunes; coordenação Vanya Sant’Anna. - São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

BRECHT, Bertold, 1898-1956. **Poemas 1913-1956**/ Bertold Brecht; seleção e tradução de Paulo César de Souza- São Paulo: Editora 34, 2012(7ª Edição). 360 p.

ENGELS, Friedrich, 1820-1895 **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra** / Friedrich Engels ; tradução B. A. Shumann ; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto.- [Edição revista].- São Paulo : Boitempo, 2010. 388p. : il. -(Mundo do trabalho ; Coleção Marx-Engels)

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções - 1789-1848**. - 25. ed.- Paz e Terra, 2009. 600p.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. / Mauro Luis Iasi. -2. ed.-São Paulo: Expressão Popular, 2011. 11-46p. 101-121p.

IASI, Mauro. **Política Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017, 85-112p.

MARX, Karl, 1818-1883. **Contribuição à crítica da economia política**/ Karl Marx: tradução e introdução de Florestan Fernandes.---2.ed.--São Paulo : Expressão Popular, 2008. 288p.

MARX, Karl, 1818-1883.**Manifesto Comunista; Teses de Abril**/ Karl Marx e Friedrich Engels; Vladímir Ilitch Lênin ; Com textos introdutórios de Teriq Ali. 1.ed.- São Paulo: Boitempo, 2017.

ROSSI, Waldemar. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**/ Waldemar Rossi, William Jorge Gerab.--. ed.-- São Paulo: Expressão Popular; 2009.

TROTSKI, Leon. **A Questão da Unidade Sindical**/ Leon Trotsky. – Marxists.org. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1931/03/25.htm>